



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR
COMISSÃO DA VERDADE

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista realizada em: 26.4.2013

Hora: 14h30min.

Local: Sala de reuniões dos Colegiados Superiores

Entrevistado: Roberto Brandão Furtado

Responsável pela transcrição: Patrícia Wanessa de Moraes (bolsista)

Carlos Gomes: Nossa comissão foi composta com a designação do professor Spinelli, que hoje comparece, a quem desejo passar a palavra para alguma consideração.

José Antônio Spinelli: Boa tarde a todos. Eu me sinto honrado com o convite da reitora Ângela Paiva Cruz para participar desta comissão, ainda mais por me encontrar com companheiros e amigos de outras jornadas, a exemplo do advogado doutor Gileno Guanabara, doutor Roberto Furtado, doutor Ivis, o meu ilustre colega Almir, além, obviamente, do professor Carlos Gomes. E eu participei dessa história, fui participante dessa história, sou, na condição de cientista social, de sociólogo e cientista político, sou um analista também dessa história, escrevi sobre a ditadura militar, tenho interesse científico na recuperação da história e tenho, sobretudo, interesse político. Isso precisa ser desvendado. Sei que essa Comissão tem limitações não só pelo seu âmbito, mas pela dificuldade já revelada e amplamente sabida, dificuldade em obter documentos, dificuldade em obter depoimentos críveis e que sejam reveladores e sei também do pequeno alcance que tem a própria Comissão da Verdade nacional. Mas já seria um grande avanço se nós pudéssemos reconstituir essa história e pudéssemos avançar em termos de conhecimento da História. Seria um passo extremamente importante. Reverter

certas coisas, reverter a autoanistia dos torturadores será muito difícil. Politicamente muito difícil. Outras sociedades latino-americanas o fizeram. É profundamente lamentável que nós não tenhamos feito um acerto de contas definitivo, radical, com esse passado... porque a construção de uma identidade nacional passa por esses momentos cruciais, são momentos de formação, são momentos de reafirmação da democracia, da nacionalidade e dos direitos humanos. Eu espero que a minha contribuição modesta, certamente, possa ajudar essa Comissão a avançar e desde já me coloco a inteira disposição, serei um humilde trabalhador desse coletivo e tenho certeza que conheço vocês... do empenho de todos vocês, da competência, da idoneidade... e sobretudo do compromisso democrático que temos, todos nós. Não é, professor? Muito obrigado.

Carlos Gomes: É uma satisfação recebê-lo e dizer que nós temos um trabalho iniciado, contando com umas quinze entrevistas, sem contar com as duas de hoje, nós estamos obtendo realmente subsídios bem interessantes e nós temos primado o nosso trabalho mais precisamente para obter informações a respeito do período exatamente a que se propõe a própria lei, mas no âmbito da Universidade, embora aqui as pessoas que comparecem não recebem nenhuma advertência. Ave Maria, essa palavra nem se pode falar, nem crítica ao que elas pretendem dizer. Alguns chegam e desabafam. Às vezes pessoas que sofreram e veem uma oportunidade de desabafar. Então elas transcendem o problema que a gente quer da Universidade e falam sobre os fatos, tudo registrado, tudo gravado. É claro que na hora da gente coletar os dados para o relatório final, só aquilo que do âmbito da Universidade que vai servir para nós. Mas de qualquer maneira é uma oportunidade que todos têm de dizer a sua realidade, aquilo que passou. Porque eu já havia dito e reafirmo que os inquéritos, os depoimentos que já foram prestados anteriormente, precisam ter a sua revisão porque aquele tempo nem todos tinham condições psicológicas de dizer a realidade, muitos eram tolhidos, tinham medo, estavam no começo de vida, uma coisa ou outra. Diziam a verdade, mas não diziam toda a verdade. E agora a gente está tendo a oportunidade, né? E abertamente, né? Recuperar essa verdade. Então, com a nossa recepção de boas-vindas ao professor Spinelli, passo a palavra ao doutor Ivis e depois ao professor Almir.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: [inaudível] Missão... com os nossos companheiros que estão aqui acompanhando... também jovens companheiros. Pela presença do professor Spinelli. A substituição da companheira Justina Iva é à altura. Ela

é considerada ainda por todos nós como, de fato, membro da Comissão. Infelizmente, por uma questão legal ela foi substituída, mas felizmente por Spinelli. E é um motivo de uma satisfação muito grande, pessoal minha também. Acho que nós fomos fundadores da ADURN, na Praça Pedro Velho, lá na Escola de Música. Então nós somos da velha guarda. Eu da velhíssima guarda, ele da média guarda. Um prazer tê-lo aqui. Temos certeza que vamos cumprir o nosso papel... Em resumo, é aquilo que você e Carlos acabaram de dizer e não posso perder a oportunidade de saldar aqui essas presenças esperadas, de dois companheiros também, Roberto Furtado e Gileno Guanabana. Numa cidade como Natal a gente termina sendo contemporâneo embora com... eu estou no meio de vocês dois. Apesar dos cabelos brancos dele, eu sou bem mais velho do que ele. Com toda certeza, foi muito esperado, foram muito esperados esses dois depoimentos. Porque são duas pessoas em épocas, um sucedendo ao outro e são testemunhas dessa história e são testemunhas da verdade. Sejam bem-vindos.

Almir Bueno: Eu também gostaria de saldar o professor Spinelli. Tenho também uma relação pessoal com o professor, meu colega no CCHLA. E mais do que isso também, eu tive o prazer de contar com o professor Spinelli na minha banca de doutorado. Então, tenha certeza que a presença do professor Spinelli vai contribuir de uma maneira muito incisiva para os trabalhos da Comissão. Também saldar aqui a presença dos depoentes de hoje, né? Que eu não conheço pessoalmente, mas conheço de nome e de fama também, então, gostaria de saldar. Só mais uma coisa, professor, se o senhor me permite.

Carlos Gomes: Pois não, fique à vontade.

Almir Bueno: Eu deveria ter feito isso semana passada quando recebi o convite, mas acabei não fazendo e eu gostaria de registrar. Eu recebi um convite e eu estou estendendo aqui para Comissão, poderia constar na ata. É o lançamento do livro organizado pelo professor Marcos Silva, sobre depoimentos sobre a vida de Luiz Damasceno, que foi durante muito tempo o gerente da Cooperativa Universitária, que tem toda uma vida dedicada à Universidade e à questão da política também, da militância. Eu acho que embora ele esteja bastante debilitado e impossibilitado de ter uma participação mais ativa, mas acho que vai ter muita gente nesse ato e acho que seria importante a presença de um número bastante significativo de pessoas. Vai ser no dia 10

de maio, na galeria do NAC, do centro de convivência da Universidade, às 18h. É uma sexta-feira, acredito que tenha reunião da Comissão aqui. Então era isso, obrigado.

Carlos Gomes: Está certo. Obrigado, professor. Eu inicio dizendo que todos devem ter recebido a minuta da ata... Foi complicada, né? Porque dois depoimentos longos, né... Então, a ata já foi passada pra vocês. Alguma emenda? Alguma alteração? Professor Almir já apresentou e já foi feita. Então considero aprovadas as duas atas, a do professor Iaperí e aquela outra que foi de Paulo Frassinetti e Josemar. Bom, hoje nós temos a satisfação já bastante ansiada da presença do doutor Roberto Furtado e do doutor Gileno Guanabara, duas pessoas emblemáticas aqui da nossa terra. Roberto que foi um dos principais defensores perpétuos dos estudantes e dos professores no período do governo regime militar. E Gileno que teve vivência acadêmica dentro dos movimentos estudantis e que certamente tem muita coisa a contar, sendo inclusive autor de um trabalho já clássico sobre a Faculdade de Direito. Que até hoje ninguém escreveu mais nada sobre isso, né? E é possível até que ele tenha alguma outra edição com alguma novidade que tenha surgido, né? Eu até falo muito. Recentemente eu dando uma entrevista falei que ninguém fala muito do professor Luiz Soares, que foi um homem muito importante mas muito esquecido. Um jornal da cidade, não encontrei mais qual foi o jornal, acho que foi a *Tribuna*, publicou algo sobre o professor Luiz Soares exatamente dizendo que ele foi um mentor da criação de varias faculdades: Odontologia, Farmácia, Direito... era por isso que na coordenação do curso do Direito tinha uma fotografia dele e eu não entendia o que aquele homem estava fazendo ali... foi um homem de grande valor e precisa até ser resgatado. Bom, vamos dar início e guardando a preferência pela idade, começando não pelo mais velho, mas pelo mais antigo, né? Nós vamos começar pelo professor Roberto Furtado. Como eu havia dito, a nossa missão aqui é exatamente levantar dados que tenham pertinência à repressão, à possível violação aos direitos humanos, que tenham ocorrido no âmbito da Universidade. Isso não quer dizer que não possam ser divulgados, informados outros fatos importantes, certo. Então, inicialmente, eu concedo a palavra ao professor Roberto Furtado para que ele, já que nós estamos gravando, ele se identifique perante a História e em seguida faça suas considerações iniciais. Como o papel de Roberto é muito específico, gostaria que ele informasse do papel dele na defesa dos professores e na defesa dos estudantes e na criação do comitê em favor da anistia e outros que evidentemente... Doutor Roberto nunca parou... Ele continuou, continuou em outras jornadas. Então, com satisfação eu passo a palavra ao doutor Roberto.

Roberto Brandão Furtado: Eu quero dizer da minha satisfação e pedir desculpas porque estou com um problema de voz, mas haverá de ser superado... Ainda, quero pedir desculpas por não ter comparecido a primeira vez que fui convidado. Mas a culpa não foi minha, houve um erro qualquer, não sei de quem, como foi... eu recebi um ofício datado do dia 19 de março deste ano me convocando para uma reunião no dia 15 de março. E aí no dia da reunião eu recebi o telefonema, mas eu já tinha outro compromisso assumido e não podia comparecer, então expliquei. Foi quando eu fui verificar que a data era posterior. Quer dizer, o ofício chegou na minha mão e a data já tinha passado. Eu quero dizer o seguinte, em 1964, eu era secretário de finanças da prefeitura de Natal, o prefeito era Djalma Maranhão, que tinha vários programas de interesse até nacional, como foi a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. E que em função disso ele foi um dos perseguidos pela revolução, da suposta revolução e a campanha foi o objeto principal das acusações que se fazia a ele. E essa campanha era no sentido da comunização dos estudantes, não tinha sentido pedagógico de maior importância. E para ligar esse fato à Universidade eu relato aquilo que há poucos momentos atrás eu disse, como advogado de Djalma Maranhão eu procurei o então reitor da Universidade, Dr. Onofre Lopes. Porque a minha ligação com a Universidade, realmente, somente através da advocacia, de alguns estudantes e de professores, mas diretamente, na vida da comunidade eu não tive participação maior. Mas teve esse episódio do doutor Onofre Lopes. Então eu fui a ele e solicitei que ele me desse uma declaração, se possível, a respeito da campanha “De pé no chão”. Eu não tenho o documento aqui, mas recebi esse documento e fui juntar ao processo em defesa do ex-prefeito. Em que ele dizia que somente tinha feito convênios da Universidade com a prefeitura porque realmente essa campanha, esse projeto da prefeitura da campanha “De pé no chão” era realmente elogiável e que então o colocou acima do que esperava até. E realmente isso serviu para a defesa de Djalma, muito embora, num processo de oitenta e tantas pessoas, muitos saíram, uns por *habeas corpus*, outros porque morreram. E foram condenados quatro ou cinco somente, um a três anos e pouco e ele, Djalma, a dezesseis anos e seis meses. E com certeza esse depoimento do doutor Onofre amenizou a gravidade do que Djalma teria feito criando essa campanha. Então, eu tive a oportunidade de ser advogado de muitos estudantes. Inclusive falaram agora há pouco ali, o professor, a respeito de Luiz Damasceno, e teve um irmão dele, que não me recordo bem o primeiro nome, que foi preso e respondeu a processo, salvo engano da minha parte, um processo em que ele com alguns companheiros pregava o voto nulo no

meio da rua. Ele e, me lembro bem de Lídia Dantas, e outros mais. E que eles foram condenados na auditoria, eu tive a oportunidade, não como advogado principal dele, mas em alguns momentos participar da defesa que ele teve de apresentar. E como ele, foram muitos os estudantes que eu tive a oportunidade. E depois trarei, inclusive, porque eu pensei que teria trazido a relação exata, mas na minha pressa de arrumar as coisas, eu engoli uma página aqui no meio... Das pessoas que eu fui advogado: Danilo Bessa, Eurico Reis... eu não sei se era da Universidade.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Era pernambucano e estava aqui e depois voltou para Pernambuco.

Roberto Brandão Furtado: Anchieta Jácome, também estudante. Teve também professores, que eu fui advogado. Fui advogado de Rinaldo Barros, que até hoje ainda escreve, tem uma coluna semanal, acho que na *Tribuna*. Fui advogado de Maurício Anísio, que foi condenado à prisão perpétua, inicialmente. Tereza Braga, Berenice, José Silton Pinheiro, Emanuel Bezerra que era estudante também, Irapuã Fernandes e vários outros. Que eu posteriormente entregarei a um dos membros a relação porque está incompleta, realmente, do número 30 pulou para o 61, aqui tem a relação, são 76 que eu tenho a relação. Acho que foi mais do que isso. Não que eu tenha sido advogado principal, porque eu tinha um consórcio, praticamente, de advocacia com a dra. Mércia Albuquerque, de Pernambuco, que era advogada da maioria também das pessoas de Natal, do Nordeste. Tive a oportunidade de fazer a defesa de várias pessoas de Pernambuco, que eu nem conhecia, porque a auditoria chegava e passava para dra. Mércia como advogada, trinta processos, com cinco dias de prazo para ela apresentar as razões finais. E ela apavorada com isso, mandava um emissário com cópia do processo e as orientações para preparar essas razões e muitos deles de Pernambuco que eu nem conheço, tive que fazer a defesa final.

Carlos Gomes: Eram pessoas de Pernambuco?

Roberto Brandão Furtado: De Pernambuco. Respondendo processo lá... E a maioria daqui era de lá, que eu mandava, quando eu era advogado deles aqui, mandava pra lá. Alguns que eu mandava daqui... eu fui à própria auditoria fazer a defesa deles pessoalmente, como foi Lídia Dantas, Anchieta Jácome e vários outros. Mas alguns, a

maioria, era Mércia que encaminhava lá em Recife. Eu participei também, não só como advogado, mas também como presidente da OAB, de várias campanhas que diziam respeito à democracia brasileira. Uma delas foi a campanha em favor da anistia, eu fui presidente desse comitê aqui, tendo como secretária geral Maria Risolete Fernandes.

Almir Bueno: Em que ano?

Roberto Brandão Furtado: Em 77 por aí, porque a anistia se deu em 79. Aliás, foi criado em 78, 79... Pois é, eu vou deixar aqui com a Comissão este livro que é sobre os 20 anos de anistia, que são depoimentos de várias pessoas a respeito disso.

Carlos Gomes: Da anistia, né?

Roberto Brandão Furtado: Da anistia. Inclusive, no meio tem um artigo meu sobre a história da anistia aqui no estado, porque eu era presidente da comissão. O vice-presidente era o ex-vereador Sérgio Dieb, falecido... eu que então deixo aqui com o presidente. Eu tenho também como história, talvez não diga muito respeito diretamente apenas à Universidade, mas à problemática que se desenvolveu com os problemas ligados a 64 é a relação das fichas do DOPS que chegaram à Secretaria Interior de Justiça e Segurança do Rio Grande do Norte. Eu queria passar ao presidente pedindo a ele que tirasse cópia e me devolvesse, porque esse é o único exemplar que tenho e dá quinhentos e tantos. Inclusive até eu tenho a minha ficha encaminhada, que estão no arquivo público. Era a secretaria, o DOPS, encaminhando ao arquivo público do Estado, onde se encontram essas fichas. Devem estar lá.

Carlos Gomes: Estão. Eu consegui a de Juliano. De Danilo Bessa...

Roberto Brandão Furtado: O próprio Aluizio Alves está aqui dentro.

Carlos Gomes: Por quê?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Mordido pelo próprio veneno.

Roberto Brandão Furtado: Cláudio de Oliveira... Talvez até Spinelli esteja aqui no meio também. Ivis, eu acredito que você esteja. Porque você tem costas para isso. Eu quero trazer também aqui a comissão, embora também, repito, ela não diga muito respeito à Universidade, um documento que eu apresentei ainda em 64, em setembro de 64 para o presidente da comissão de investigação da prefeitura de Natal. Eu respondi três inquéritos, três IPMs, sendo que um deles foi o da prefeitura, e que foi o presidente da comissão dr. Rodolfo Pereira de Araújo, que me fez um ofício sem muitos esclarecimentos, sem que eu tivesse também oportunidade de saber de que era acusado para que apresentasse defesa. Você vê como era democrática a maneira de extorquir, o que eles chamavam, a verdade [inaudível]. E que dizia o seguinte: há existência de irregularidade no setor financeiro da prefeitura e que consistia no adiamento a pessoas estranhas ao quadro de funcionários da edilidade e a funcionários do quadro em número superior ao determinado pelo código de contabilidade. Bom, eu não tinha muito do que me defender e só pude me defender dizendo que a história ia me julgar. Mas de qualquer maneira eu trouxe, embora não diga respeito diretamente à Universidade, mas queria deixar aqui também como testemunha daqueles tempos. Tenho também em mãos aqui um documento, esse eu tenho cópia e posso deixar aqui nas mãos do presidente, não sei se ele já tem e que talvez seja útil para os trabalhos da comissão. Que é da comissão criada pelo Estado do Rio Grande do Norte, apresentada pelo delegado Carlos Moura de Moraes Veras, onde constam todos aqueles que ele indiciava, inclusive, existe pessoas que são ligadas aqui a Universidade Federal. E por último, aliás, por último não. Ainda tenho aqui e talvez tenha validade pra vocês, porque eu estou escrevendo alguma coisa sobre esse período da vida aqui de Natal e colhi dentro de algumas colunas dos jornais, alguns atos que diziam respeito a época de 64. E tenho cópia disso, e poderia também deixar porque talvez interesse aqui aos trabalhos da Comissão. Tem a data da publicação e a data que se refere ao presidente. E por último deixar também, porque aconteceu um fato insólito em determinado momento, quando se comemorava, se não me engano, os 40 anos do movimento de 64 e que a Assembleia fez um encontro com alguns convidados para falar sobre o assunto. E um dia antes ou dois dias antes, o ex-governador Aluísio Alves publicou uma matéria que dizia, numa entrevista dada, que tinha, para não perseguir ninguém, principalmente o ex-prefeito Djalma Maranhão, teria decretado a sua aposentadoria, embora não tivesse tempo bastante para isso, para poder ajudá-lo. E eu então, na oportunidade da Assembleia, tive que mostrar um documento que demonstrava que o governador de então Aluísio Alves decretava a

demissão do ex-prefeito dos dois cargos que ele exercia no Estado: um era de professor e diretor de documentação e cultura da prefeitura, que cabia ao estado pelo ato institucional demitir, e o outro de professor de educação física. E eu contestei dizendo... Inclusive, eu contestei esse fato da entrevista do ex-governador mostrando que a aposentadoria de Djalma se deveu a uma ação judicial movida pelo advogado João Maria Furtado, por sinal era meu pai, em favor dele e que conseguiu então reverter essa demissão na aposentadoria que ele teria direito, não teria sido uma benesse dada por ele. Eu não critico ninguém nesse episódio, eu apenas, o que essa Comissão quer fazer, o que não é... até porque com a anistia e a autoanistia, que foi concedida aos que perseguiram, que maltrataram e que mataram torna-se muito difícil mesmo, talvez impossível, que se restaure isso aí democraticamente, mas a verdade... é repondo a verdade, é o que importa. E a história que tem sido deturpada e que por isso que estou apresentando isso à Comissão e me coloco à disposição dos senhores para qualquer outra coisa que eu possa ser útil, inclusive trazendo esses dados que eu trouxe incompletos, que eu entregarei ao professor Carlos Gomes ou a Ivis, os dois com quem eu tenho maior relacionamento desta Comissão.

Carlos Gomes: Então eu faculto a palavra aos colegas para as indagações que quiserem.

Conceição Fraga: [Inaudível] Primeiro quando ele diz que defendeu, para constituir sua defesa, ele pede da Universidade para se posicionar da importância do trabalho da prefeitura com o método da campanha “De pé no chão também se aprende a ler” porque é constitucional a relação entre ensino, a pesquisa e extensão. É um dever constitucional para instituição UFRN. Então quando ele pede que ela se posicione, é que ela se posicione como academia e ele sabe que isso vai facilitar. Então nesse sentido eu penso que essa contribuição enriquecerá muito, eu vou repetir aqui, eu espero, o que nós esperamos não é que vai ter prisão, vai prejudicar alguém, ajudar alguém... não! É tentar reconstituir a história, é trazer esses dados para que os futuros historiadores construam suas versões e ajudar a clarear um pouco esse período. Nesse sentido, se pudesse anexar esse documento no processo que ele defende, o prefeito, à Comissão seria importantíssimo... porque particularmente, na condição de pró-reitora...

Roberto Brandão Furtado: Eu não me comprometo porque eu não tenho certeza...

Conceição Fraga: Não, não... a Comissão pode requisitar.

Roberto Brandão Furtado: Sim, sim, com certeza está no processo. Mas é provável talvez que eu tenha uma cópia.

Conceição Fraga: Se tivesse seria muito importante.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Vou interromper para fazer uma pergunta... Talvez fosse preciso, objetivamente, a declaração do reitor. Acho que não é difícil, não.

Conceição Fraga: É que eu acho isso importantíssimo porque é muito importante para os jovens hoje entender o que foi a repressão, então de repente as pessoas têm uma visão constitucional da instituição, fazia um trabalho acadêmico. Porque hoje é muito comum a ideia de militante de um partido, a luta armada, e não é bem isso. Esse é um aspecto. O segundo é, eu acho que o advogado Roberto Furtado também dá uma segunda grande pista, ele entrega, embora os meninos estejam dizendo, e ele pode confirmar porque está estudando o período... está disponível no site, essa é uma coisa, o que a gente pode aqui na Comissão, eu sugiro ao presidente que dessa relação peça a PROGRAD e ao departamento de recursos humanos quem dali era da Universidade, para que a gente pince quem ele é... identificamos quem tem processo no DOPS porque aí sim podemos ir atrás desses. E uma terceira grande pista diz respeito à lista dos clientes dele, quem desses clientes também eram alunos da Universidade. Porque aí a gente cumpre o papel fundamental em criar um grande acervo e se essa Comissão parasse, professor, só com isso, já teria cumprido um grande papel. Tamanha é a contribuição que você está dando hoje à tarde.

Almir Bueno: Complementando o que a professora Ceíça colocou e tentando assim até ser um pouco mais objetivo, se for o caso, porque o sr. falou inclusive do episódio que envolveu o ex-reitor Onofre Lopes, e o senhor teria condições, assim, de objetivamente... algum dos seus clientes, que o sr. defendeu à época, que o senhor lembre em termos de que se teve alguns dos seus direitos, não sei se... em geral, tolhidos na Universidade. Para que a gente, na linha da professora Ceíça, possa apressar a coisa.

Roberto Brandão Furtado: Eu me recordo bem de um episódio, já bem depois de 64, quando um estudante daqui da Universidade foi candidato a vereador pelo MDB, eu era presidente do partido aqui. E ele estava numa sala de aula, pedindo votos e alguma coisa, fazendo o proselitismo dele, quando foi advertido e por conta disso passou a responder um inquérito interno e também foi denunciado à auditoria e esse processo que foi feito aqui na Universidade serviu de base para que ele fosse responder na auditoria da região militar de Recife, que foi Anchieta Jácome. E a defesa que eu fiz dele era exatamente tudo que ele estava pregando, o documento que ele soltou no meio da sala de aula eram coisas que estava no programa do MDB. O programa do MDB, que democraticamente tinha sido elaborado e aprovado pelo Superior Tribunal Eleitoral, quer dizer, não tinha nada escondido, era o programa, que foi a base da campanha dele, e por conta disso ele respondeu, e por muito pouco não foi condenado. Se não me engano foi absorvido por dois votos a um, um condenou e dois absorveram.

Almir Bueno: [Inaudível] ...o senhor disse que era 60, 64? O senhor lembra a época?

Roberto Brandão Furtado: Não, mas eu posso trazer isso. Eu me recordo disso aí.

[Inaudível]

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Primeiro eu quero parabenizá-la pela sugestão. Eu acho que é uma das coisas importantes esse programa educacional de Djalma e que um grande número de alunos da Universidade respondeu a inquéritos por conta disso. Professores também. Moacir era professor da antiga Faculdade de Filosofia, que era agregada à Universidade. Moacyr de Góes, né? Vários alunos... Josemar, Geniberto, que eram dois gestores da campanha... Acho que Diva. Eu não fui penalizado, mas eu fiz parte do prólogo da campanha. Um grupo de estudantes que fizeram a pesquisa com a população das Rocas antes da implantação. Na época da campanha mesmo eu já estava naquela faixa, dentro da maternidade, finalizando meu curso, não participei como professor, até porque eu não tinha essa qualificação, para ser professor. Então esse é muito importante, as duas coisas: primeiro, é uma posição da Universidade a favor e como parceira, que realmente houve alguma parceria que eu não sei qual foi exatamente. E segundo a penalização de uma grande quantidade de alunos. Eu acredito que chega a uma dezena, de que foram muitos os professores na campanha.

Em segundo lugar, reforçar aqui para Roberto a importância dessa sua relação de clientes, para a gente saber se tem algum professor também. E, não sei se seria difícil, Roberto, era entre alunos que a maioria – Helio está – Luis Maranhão era o professor. Mas Helio só foi professor depois. Machado deve estar. Eu não vi Machado aí não. Moacyr que era professor, Laly era aluna... Aí os três que prestaram depoimentos aqui são clientes dele, Josemar, Paulinha e Arruda e Geniberto que ainda vem. Então, essa conexão eu acho muito importante.

Conceição Fraga: [Inaudível].

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Seria interessante essa relação. E finalmente eu quero dar aqui uma colaboração e até me oferecer para convidá-lo. Eu não sabia e é um grande amigo meu, Anchieta. E está comprovado que ele foi penalizado e respondeu processo porque fez campanha para ser vereador, no qual estava inscrito como candidato. Se você quiser...

Carlos Gomes: Soltando panfletos que eram reconhecidos pela justiça eleitoral... seria interessante.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Se você quiser, eu faço o “avant première”, contato com ele para vir aqui, contar esse depoimento, contar a história pessoalmente e repor a verdade. Ele foi absorvido a custo, né? Com a dificuldade grande, dois a um. Ele tem que ser absorvido na memória também.

Carlos Gomes: Pois não, professor Spinelli. Com a palavra.

José Antônio Spinelli: Eu quero parabenizar o depoimento do doutor Roberto Furtado, como sempre, traz uma contribuição importante, o doutor Roberto foi um advogado além da sua participação na história naquele período do pré e do pós 64. Ele foi um advogado que esteve sempre na trincheira da defesa dos direitos dos perseguidos pela ditadura. Teve realmente uma intervenção extremamente atuante, extremamente meritória... enfrentou, pois não era fácil ser advogado na repressão naquele momento. E o seu depoimento realmente trouxe contribuições extremamente importantes. Eu não sabia, Roberto, que você tinha sido associado a dra. Mércia Albuquerque, não é? Veja,

especificamente eu queria colocar o seguinte: você citou alguns alunos da Universidade e eu fiquei em dúvida, o Rinaldo Barros, por exemplo, a quem eu conheço, foi meu colega de mestrado posteriormente, ele foi um dos poucos – ele da Fundação Joaquim Nabuco –, aliás, da Fundação José Augusto – o meu viés de pernambucano –, ele foi um dos poucos estudantes do Rio Grande do Norte a ser atingido pelo Decreto-Lei 477.

Carlos Gomes: Foi o único. Ele já prestou depoimento...

José Antônio Spinelli: Aliás, foi o único. Ah, ele já prestou depoimento... Ele foi alcançado pelo Decreto 473. Você citou também, entre outros nomes, o de José Silton e Maurício Anísio. José Silton foi assassinado pela ditadura, assassinado e desaparecido.

Roberto Brandão Furtado: Tem o Emanuel Bezerra também.

José Antônio Spinelli: Tem Emanuel Bezerra também, que foi assassinado. Tem o Maurício Anísio que eu tenho dúvida, não sei se foi realmente estudante da UFRN. Eu conheci o Mauricio Anísio na cadeia, já. Eu fui levado a... ele ficou aqui na penitência João Chaves durante um determinado tempo e eu fui levado por um amigo que por sinal era parente do José Silton.

Roberto Brandão Furtado: Você me permite?

José Antônio Spinelli: Pois não.

Roberto Brandão Furtado: Só um detalhe pitoresco. Como eu fui advogado dele, tinha uma moça que trabalhava no meu escritório de advocacia – Socorro – e que algumas vezes levou alguns recados meus para ele. Tornou-se a esposa dele.

José Antônio Spinelli: Eu sei que depois ele casou, foi morar no interior do estado, eu perdi o contato. Deve ter sido com essa figura.

Roberto Brandão Furtado: Foi com ela, Socorro.

José Antônio Spinelli: Mas você falou na anistia depois de 77, eu acho que foi antes, até porque eu fui orador do principal comício da comissão de anistia aqui em Natal, um comício na Praça Padre João Maria, exatamente.

Roberto Brandão Furtado: Na Praça Padre João Maria... Tinha umas 300 pessoas e uns 200 soldados arroteando.

José Antônio Spinelli: Tinha mais soldado do que gente, como se diz. E parece-me. Aliás, parece não, tenho certeza que foi antes de 77 porque em 77 eu não estava mais aqui, estava em São Paulo, em Campina. Mas a minha curiosidade, especificamente, em relação a essa comissão, no caso José Silton, assassinado, desaparecido pela ditadura... Eu estava conversando paralelamente com a professora Ceiza e ela me disse que tinha informações que ele foi do DCE, foi dirigente.

Conceição Fraga: [Inaudível].

José Antônio Spinelli: Irmão não, é primo... primo de Maristela, de Marcio, de Antônio Pinheiro Gomes, exatamente, esse pessoal aí... Que foram pessoas que eu estive muito ligado por amizade. Então veja, eu gostaria de saber, Roberto, se você teria alguma informação a mais, porque essa história... Eu acho que o Mauricio, a dúvida se ele foi aluno da universidade, o Maurício é menos conhecido, foi punido, foi preso, passou um bom tempo na cadeia. É menos conhecido, a história dele é menos conhecida, talvez houvesse alguma coisa mais a acrescentar. E quanto ao José Silton também eu perguntaria especificamente em relação a esses dois. Se você teria conhecimento de fatos. O Mauricio chegou a ser condenado, se aquele período que ele passou na cadeia...

Roberto Brandão Furtado: Maurício foi condenado a prisão perpétua e depois houve uma redução de pena, ele fez uma greve de pena, que a comissão de direitos humanos da OAB deu apoio e acompanhou. Ele saiu pro hospital e depois voltou. Posteriormente saiu com a anistia.

José Antônio Spinelli: A minha pergunta é se você teria alguma coisa, algum documento, algo a acrescentar, além do que a história já conhece acerca desses dois combatentes, José Silton e Maurício Anísio.

Roberto Brandão Furtado: Maurício é vivo.

José Antônio Spinelli: Maurício é vivo.

Roberto Brandão Furtado: Fez uma greve de fome há dois anos, no INNS. Lembra disso? Pois é, é grevista mesmo. Participou da greve de fome lá na penitência, a OAB deu assistência. E depois teve essa do INSS.

Carlos Gomes: Foi ele e Manoel... um que é rabino. Manoel eu sempre me encontro com ele.

Roberto Brandão Furtado: Maurício é vivo, eu fui advogado dele e da irmã dele que foi presa também, prenderam a irmã dele. Tem um episódio que envolve a Universidade, que eu faço questão de frisar. A irmã dele que foi presa e a família me procurou, eu procurei saber, não encontrava, não tinha... Então a família também soube que ela estava sendo maltratada, inclusive, levando choques elétricos nos seios, a coisa por aí... Coisa tremenda. E eu tinha amizade pessoal minha com uma pessoa que tinha ligações aqui na Universidade, muito embora fosse... digamos, revolucionário, mas eu faço questão de fazer justiça, que era o Coronel Cleanto Siqueira, que foi presidente da comissão aqui, não sei se ASI, o que era... ele participou, participava aqui dentro. Mas ele teve uma conduta... eu era muito amigo dele e fui a ele e falei:

– Cleanto, está havendo isso, eu estou sabendo isso, essa moça está presa, dizem que tá apanhando, tudo isso...

– Roberto, amanhã eu lhe digo alguma coisa.

No dia seguinte ele então me disse:

– Olhe, realmente ela está presa, houve esse fato que você está me relatando, ela foi maltratada. Mas eu lhe asseguro e asseguro à família que a partir de agora ela será muito bem tratada, não sofrerá mais.

É o fato que ele tinha ligações aqui, ele era da segurança aqui.

Carlos Gomes: Ele era auxiliar de alguma coisa.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Ele era da segurança do Exército.

Carlos Gomes: Ele fazia parte aqui... Já houve depoimentos nesse sentido.

Roberto Brandão Furtado: Ele era do sistema do Exército. Era muito correto nesse aspecto e não foi só nesse caso. Teve um ou dois casos mais, que eu tive que conversar com ele, reclamar e ele tomou alguma providência e melhorou a situação dos que estavam sofrendo.

Conceição Fraga: [Inaudível].

Roberto Brandão Furtado: E aconteceu uma coisa interessante... Não sei se Spinelli teve muito conhecimento com Mércia. Mércia chegou a ser acusada de que... Algumas pessoas diziam que ela era ligada ao sistema na época, porque ela tinha amizades e através de amizades muitas vezes conseguia amenizar a situação de alguém. Ela sofreu isso.

José Antônio Spinelli: Eu tive conhecimento dessas acusações e que eram inteiramente infundadas. Mércia faleceu alguns anos atrás, não faz muito tempo. Mas nada disso tinha procedência, pelo contrário, ela foi extremamente correta. Mércia Albuquerque.

Roberto Brandão Furtado: [Mércia Albuquerque] Ferreira... eu me lembro bem porque eu fazia as defesas e botava o nome dela. Era ela que assinava.

Carlos Gomes: Esses depoimentos têm mostrado a imparcialidade da nossa Comissão porque ao mesmo tempo há um resgate de fatos reais. Por exemplo, chegou a haver insinuações de que o dr. Onofre colaborava muito com os militares. Os depoimentos estão mostrando que ele era terrivelmente, vamos dizer, veemente em não admitir torturas e tal. Há até episódios que foram contados aqui de que ele entrou na polícia e disse que não admitia aquela indignidade, daquele tipo de prisão. A mesma coisa já

aconteceu em relação a dr. Otto, que foi acusado de ser testemunha contra os estudantes, mas os documentos que os nossos bolsistas conseguiram mostraram o seguinte: que era uma testemunha de acusação que só fazia defender os estudantes. Então fatos dessa natureza são interessantes, porque há um resgate... Esse hoje, de Roberto, sobre o documento que ele deu que minimizou a punição de Djalma, é muito importante. Eu acho que ele era um homem de coragem, ele era anticomunista, todo mundo sabe que era, mas era também um homem zeloso, cioso do amor pela Universidade, pelo pessoal da Universidade. É bom porque a gente depois vai medir tudo isso, até agora não houve comprovação de conivência, então é muito importante isso porque a gente está fazendo um resgate. O exemplo de Cleanto agora foi interessante. Cleanto foi acusado, tal... mas na verdade Cleanto... há um testemunho. Eu já sabia disso lá na OAB. Quando escrevi um livro sobre a OAB eu ouvi testemunho acerca de outros fatos então esse é muito marcante, é tópico, e há comprovações lá.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu queria dizer o seguinte: três pontos que eu queria aqui colocar. Primeiro, você é a segunda pessoa que dá testemunho aqui sobre Cleanto Siqueira. Que era muito execrado aqui também porque ele era militar e fazia [inaudível] segurança, é o segundo depoimento nesse sentido aqui, não sei se vocês se lembram. O segundo ponto é o seguinte: eu não sei se eu falei isso aqui, quando estávamos nós três, ou falei aqui em público, sobre doutor Onofre. Eu falei? Em público?

Carlos Gomes: Que eu lembre, não... mas vossa senhoria vai depor aqui. Vossa senhoria está intimado, diferente dos outros convidados.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu vou depor, mas eu quero reforçar. Que ele não permitia...

Carlos Gomes: Eu acho que foi com Arruda Fialho.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Não, eu falei hoje. Foi para Roberto e Gileno. Professor Onofre não permitiu que fosse preso nenhum aluno dentro daquele campus que inclui até duas ruas, né? O Hospital Universitário, a faculdade no meio e a Maternidade Januário Cicco, não permitiu, de jeito nenhum. Ele avisou logo aos

comandos – não se prende ninguém aqui! Porque muitos alunos foram presos dentro das faculdades, mas lá em Medicina porque ele tinha autoridade porque ele era o reitor. Infelizmente ele foi substituído por um que era o contrário. Isso a gente tem que dar esse depoimento, é importantíssimo para a memória e para a verdade.

Carlos Gomes: Mais alguma pergunta? Pois não.

Patrícia Wanessa de Moraes: [Inaudível].

Carlos Gomes: Certo, perfeito. Até agora os depoimentos aqui prestados, a exceção de um, todos são favoráveis ao professor Onofre. Certo? Então realmente nos vamos medir. É por isso que eu digo, a gente deixa as pessoas dizer o que quer, na hora nos vamos filtrar e verificar, vamos pesar os depoimentos e fazer as indicações. Nós não vamos concluir condenando ninguém, mas vamos mostrar a conduta de cada um, né?

Patrícia Wanessa de Moraes: [Inaudível].

Carlos Gomes: Está certo. Bom, alguma outra pergunta? Bom, Roberto, você tem a palavra para qualquer consideração que queira fazer...

Roberto Brandão Furtado: Não, eu estou... eu acho que essa Comissão deveria ter sido criada há muito mais tempo e estou pronto a colaborar no que for possível. Levo a recomendação, a solicitação para ver se tem alguma coisa que eu possa lembrar, ele falou dois, Silton e Maurício. Trazer a relação que me faltou uma parte da relação e por último dizer a Spinelli que o ato realizado pelo comitê de anistia na Praça Padre João Maria foi no dia 21 de agosto de 1979, véspera da votação da anistia. Eu estou lembrando porque nesse livro eu tenho o meu depoimento em que eu faço referência a isso.

José Antônio Spinelli: Acho que deve ter tido outros anteriores. Além desse...

Carlos Gomes: Atos preparatórios, é verdade...

Roberto Brandão Furtado: Inclusive, campanhas em paradas. Onde tinha sinais, parava com a faixa de anistia. Uma delas foi até mandada embora pela polícia. Ali na Alexandrino de Alencar e a polícia dissolveu.

José Antônio Spinelli: Essa que você falou foi a da Praça Padre João Maria?

Roberto Brandão Furtado: Praça Padre João Maria, no dia 21... véspera da votação da Lei de Anistia. Em 79.

Carlos Gomes: Bom, pois não Juan.

Juan de Assis Almeida: [Inaudível].

Carlos Gomes: Certo, você já tinha me falado isso. Não sei se você tem também isso... notícia de entrevistas que você tenha dado, contra a... denunciando Adriel Lopes Cardoso da ASI. Não sei se tem aqui nesses documentos, mas ele está dizendo que têm documentos nesse sentido. Depoimentos seus contrários à ação do Adriel na ASI.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Isso era coisa do dia a dia, né, Roberto?

Carlos Gomes: Infelizmente. Adriel, eu procurei a família dele e ele está sofrendo de problemas de Alzheimer. Ele não tem condições de depor, disse que não pode mais nem sair de casa, segundo eu soube. Eu não o conheço, posso até conhecê-lo, mas não me lembro assim.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Sem fazer humor negro, ele realmente está esquecido de tudo.

Carlos Gomes: Bom, nós queremos agradecer a valiosíssima participação. Veja, o advogado é coisa danada, a objetividade. Ele trouxe documentos, trouxe coisas assim que vai ampliar muito a nossa pesquisa, né? A busca por outros caminhos, né? Eu já sabia isso e esperava isso dele. Nós militamos da OAB há alguns anos. Eu nunca fui militante político, gosto de frisar. Até hoje não entendo porque eu sou o presidente desta Comissão. Eu não fui ativista nada...

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: É isso que valoriza ainda mais a sua...

Carlos Gomes: Mas eu tive uma convivência tanto com Gileno quanto com Roberto e com muitos outros. Esses fatos que estão sendo falados aqui é claro, eu era contemporâneo, sei de tudo isso.

Roberto Brandão Furtado: Mas Carlos, eu quero dizer o seguinte, eu tinha horror à política, tive a vida toda. Eu entrei em política em 65 depois da revolução porque... eu fundei o MDB e me convenceram que eu teria, se fosse deputado, eu teria melhores condições de atuar em favor da democracia. Foi por isso que eu entrei. Coincidentemente nós éramos, a assembleia eram 40 deputados, nesse ano de 66 foram candidatos bem uns 80 candidatos porque... o MDB teve somente 17 candidatos e a Arena teve quase 80. A Arena elegeu 37 e o MDB 3. A bancada era 37 contra 3. Eu, Pedro Lucena e Geraldo Queiroz, que foi reitor.

Carlos Gomes: Inclusive foi convidado para prestar um depoimento aqui.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu reli há poucos dias, terminei ontem, a história da assembleia legislativa de Cascudo, né? Feito em 1972, eu acho, viu, Roberto? E tem a constituição dessa, você, Pedro Lucena e Queiroz.

Carlos Gomes: No tempo que cabia num Volkswagen.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: 37 a 3.

Roberto Brandão Furtado: Eu não esperava nunca ser eleito, tinham 17 candidatos. Eu não tinha participação política nenhuma, tinham vários outros que já tinham participação. Fui eleito, talvez, por meus constituintes.

[Inaudível]

Carlos Gomes: Você foi fundador do MDB, né?

Roberto Brandão Furtado: Eu fui fundador com Odilon, Pedro Lucena, Geraldo, José Vasconcelos da Rocha, Leoncio Queiroz. Foram candidatos a deputado federal Ney Lopes de Souza, pelo MDB, Ney Lopes, José da Cruz e José Rocha, que não se elegeu.

Carlos Gomes: José da Cruz era um sindicalista?

Roberto Brandão Furtado: Era sindicalista, do sindicato rural, deputado federal. Estadual foram 17.

[Inaudível]

Roberto Brandão Furtado: Não, não dessa vez não. Ele foi depois... é, me trouxe aqui, na assembleia ainda, em março de 80, na assembleia solicitando ao reitor Diógenes da Cunha Lima, a extinção da ASI.

Carlos Gomes: Que aconteceu...

Roberto Brandão Furtado: Confesso que não me lembrava.

Carlos Gomes: Vou mandar tirar uma cópia pra você.

Roberto Brandão Furtado: Porque era uma coisa tão comum e na assembleia então... é por isso que eu digo, quando entrei que fui deputado eu tinha outras condições de brigar. Toda vez que saía uma lista de cassação eu esperava sair meu nome. E ia escapando.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: [Inaudível].

Carlos Gomes: Vou mandar tirar uma cópia pra você, Roberto. Então nós agradecemos ao depoimento de Roberto Furtado e nós vamos passar para Gileno, mas você nos dará prazer até porque pode colaborar em alguma coisa que, Gileno é mais velho que você, possa ter esquecido.

Roberto Brandão Furtado: Não sei não, possa até que seja, eu vou completar agora em junho 80 anos.